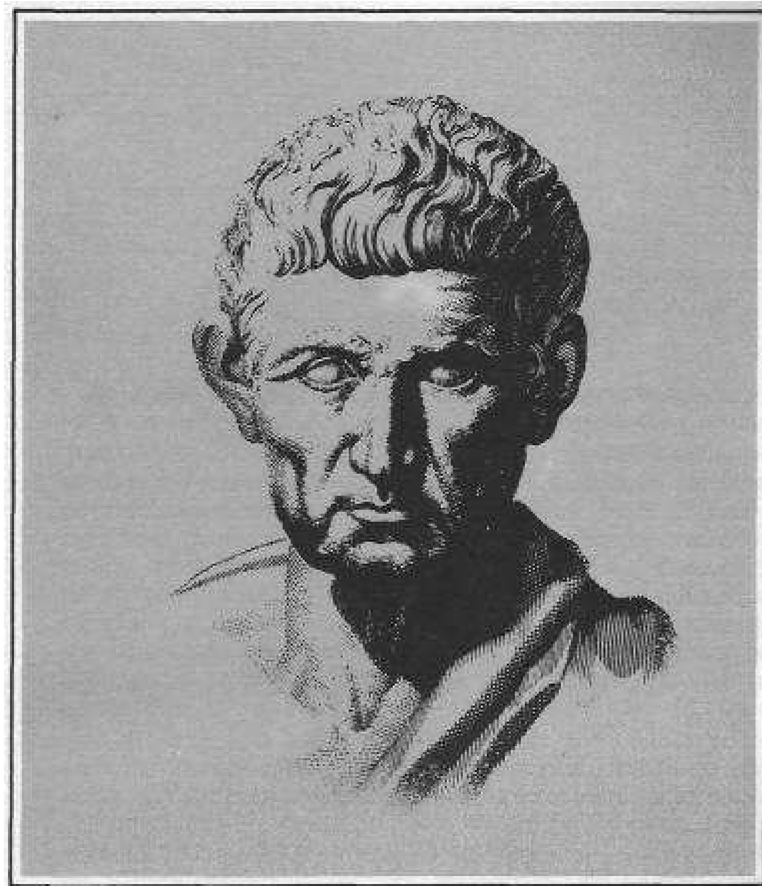


ARISTÓTELES

VIDA E OBRA

José Américo Motta Pessanha

Atenas, 367 ou 366 a.C. Ao grande centro intelectual e artístico da Grécia no século IV a.C, chega um jovem de cerca de dezoito anos, proveniente da Macedônia. Como muitos outros, vem atraído pela intensa vida cultural da cidade que lhe acenava com oportunidades para prosseguir seus estudos. Não era belo e para os padrões vigentes no mundo grego, principalmente na Atenas daquele

tempo, apresentava características que poderiam dificultar-lhe a carreira e a projeção social. Em particular uma certa dificuldade em pronunciar corretamente as palavras deveria criar-lhe embaraços e mesmo complexos numa sociedade que, além de valorizar a beleza física e enaltecer os atletas, admirava a eloqüência e deixava-se conduzir por oradores.

Naquela época duas grandes instituições educacionais disputavam em Atenas a preferência dos jovens que, através de estudos superiores, pretendiam se preparar para exercer com êxito suas prerrogativas de cidadãos e ascender na vida pública. De um lado, Isócrates, seguindo a trilha dos sofistas, propunha-se a desenvolver no educando a aretê política — ou seja, a "virtude" ou capacitação para lidar com os assuntos relativos à *pólis* — transmitindo-lhe a arte de "emitir opiniões prováveis sobre coisas úteis". E, de fato, numa democracia como a ateniense, cujos destinos dependiam em grande parte da atuação de oradores, a arte de persuasão por meio da palavra manipulada com o brilho e a eficácia dos recursos retóricos era fator imprescindível para o desempenho de um papel relevante na cidade-Estado. Ao contrário de Isócrates, Platão ensinava que a base para a ação política — como aliás para qualquer ação — deveria ser a investigação científica, de índole matemática. Na Academia, que fundara em 387 a.C, mostrava a seus discípulos que a atividade humana, desde que pretendesse ser correta e responsável, não poderia ser norteada por valores instáveis, formulados segundo o relativismo e a diversidade das opiniões; requeria uma ciência *(episteme)* dos fundamentos da realidade na qual aquela ação está inserida. Por trás do inseguro universo das palavras — sujeitas à arte encantatória e à prestidigitação dos retóricos — o educando deveria ser levado, por via do socrático exame do significado das palavras, à contemplação, no ápice da ascenção dialética, das essências estáveis e perenes: núcleos de significação dos vocábulos porque razão de ser das próprias coisas, padrões para a conduta humana porque modelos de todos os existentes do mundo físico. Para além do plano da palavra-convenção *(nomos)* dos sofistas e de Isócrates, Platão apontava um ideal de

linguagem construída em função das *idéias,* essas justas medidas de significação e de realidade.

Diante dos dois caminhos — o de Isócrates e o de Platão — o jovem chegado da Macedônia não hesita: ingressa na Academia, embora a advertência da inscrição de que ali não devesse entrar "quem não soubesse geometria" Mas em 367 a.C. Platão não se encontrava em Atenas. Havia morrido Dionísio I, tirano de Siracusa, e Platão para lá se dirigira, pela segunda vez, a chamado de seu amigo Dion. O novo tirano, Dionísio II, talvez pudesse ser convencido a adotar uma linha política mais justa e condizente com os interesses gerais do mundo helênico.

O jovem que viera da Macedônia ingressa, assim, numa Academia na qual a figura principal era, no momento, Eudoxo de Cnido, matemático e astrônomo que defendia uma ética baseada na noção de prazer. Somente cerca de um ano depois é que Platão retorna, fatigado por mais uma frustrada experiência política na Sicília. E talvez tenha sido o próprio Eudoxo quem lhe apresentou o novo aluno da Academia, o jovem da Macedônia de olhos pequenos porém reveladores de excepcional vivacidade: Aristóteles de Estagira.

O preceptor de Alexandre

De pura raiz jônica, a família de Aristóteles estava tradicionalmente ligada à medicina e à casa reinante da Macedônia. Seu pai, Nicômaco, era médico e amigo do rei Amintas II, pai de Filipe. Estagira, a cidade onde Aristóteles nasceu, em 384 a.C, ficava na Calcídica e, apesar de estar situada distante de Atenas e em território sob a dependência da Macedônia, era na verdade uma cidade grega, onde o grego era a língua que se falava. A vida de Aristóteles — e pode-se dizer que até certo ponto sua obra — estará marcada por essa dupla vinculação: à cultura helênica e à aventura política da Macedônia.

Ao ingressar na Academia platônica — que viria a freqüentar durante cerca de vinte anos — Aristóteles já trazia, como herança de seus antepassados, acentuado interesse pelas pesquisas biológicas. Ao matematismo que dominava na Academia, ele irá contrapor o espírito de observação e a índole classificatória,

típicas da investigação naturalista, e que constituirão traços fundamentais de seu pensamento.

Por outro lado, embora de raízes gregas, ele não era cidadão ateniense e estava estritamente ligado à casa real da Macedônia. Essa condição de meteco — estrangeiro domiciliado numa cidade grega — explica que ele não viesse a se tornar, como Platão, um pensador político preocupado com os destinos da *pólis* e com a reforma das instituições. Diante das questões políticas Aristóteles assumirá a atitude do homem de estudo, que se isola da cidade em pesquisas especulativas, fazendo da política um objeto de erudição e não uma ocasião para agir.

Em 347 a.C, morrendo Platão, Aristóteles deixa Atenas e vai para Assos, na Ásia Menor, onde Hérmias, antigo escravo e ex-integrante da Academia, havia se tornado o governante. É possível que a escolha de Espeusipo, sobrinho de Platão, para substituir o mestre na direção da Academia, tenha decepcionado Aristóteles; sua destacada atuação naqueles vinte anos parecia apontá-lo como o mais apto a assumir a chefia. Três anos depois que Aristóteles havia se transferido para Assos, Hérmias foi assassinado. Deixou então a cidade, levando em sua companhia Pítias, sobrinha do tirano morto, e que se tornou sua primeira esposa. Mais tarde, morrendo Pítias, desposará Herpilis, que lhe dará um filho, Nicômaco.

Saindo de Assos, Aristóteles permanece dois anos em Mitilene, na ilha de Lesbos. É o momento em que a Macedônia, garantida pelo poderio militar, começa a manifestar suas vastas ambições políticas. Filipe, em 343 a.C, chama Aristóteles à corte de Pela e confia-lhe importante missão: a de educar seu filho, Alexandre. Durante anos o filósofo encarrega-se dessa missão. E ainda preceptor de Alexandre quando, em 338 a.C, os macedônios derrotam os gregos em Queronéia. Chega ao fim a autonomia das cidades-Estados que caracterizara a Grécia do período helênico. A partir de então — dominada pela Macedônia, mais tarde por Roma — a Grécia integrará amplos organismos políticos que diluirão suas fronteiras e atenuarão as distinções culturais que tradicionalmente separavam os gregos de outros povos, sobretudo os "bárbaros" orientais.

Em 336 a.C, Filipe é assassinado e Alexandre sobe ao trono. Logo em seguida prepara uma expedição ao Oriente, iniciando a construção de seu grande império. Nada mais justificava a permanência de Aristóteles na corte de Pela. É o momento de voltar a Atenas. Lá, próximo ao templo dedicado a Apoio Liceano, abre uma escola, o Liceu, que passou a rivalizar com a Academia, então dirigida por Xenócrates. Do hábito — aliás comum em escolas da época — que tinham os estudantes de realizar seus debates enquanto passeavam, teria surgido o termo *peripatéticos* (que significa "os que passeiam") para designar os discípulos de Aristóteles.

Ao contrário da Academia, voltada fundamentalmente para investigações matemáticas, o Liceu transformou-se num centro de estudos dedicados principalmente às ciências naturais. De terras distantes, conquistadas em suas expedições, Alexandre enviava ao ex-preceptor exemplares da fauna e da flora que iam enriquecer as coleções do Liceu. Mas o biologismo era mais que uma perspectiva de escola: tornou-se marca central da própria visão científica e filosófica de Aristóteles, que transpôs para toda a Natureza categorias explicativas pertencentes originariamente ao domínio da vida. Em particular, a noção de espécies fixas — sugerida pela observação do mundo vegetal e animal — exercerá decisiva influência sobre a física e a metafísica aristotélicas, na medida em que se reflete na doutrina do movimento, elaborada por Aristóteles.

Apesar da estima que Alexandre parece ter devotado sempre a seu antigo mestre, uma barreira os distanciava: Aristóteles não concordava com a fusão da civilização grega com a oriental. Segundo ele, gregos e orientais eram naturezas distintas, com distintas potencialidades, e não deveriam coexistir sob o mesmo regime político. Aristóteles estava profundamente convencido de que o regime político dos gregos era inseparável de seu temperamento, sendo impossível transferi-lo para outros povos. Estabelece nítida distinção entre as populações "bárbaras" e a *polis* grega, somente esta sendo uma comunidade perfeita, pois a

única a permitir ao homem uma vida verdadeiramente boa segundo os princípios morais e a justiça.

Depois da morte de Alexandre, em 323 a.C, Aristóteles passou a ser hostilizado pela facção antimacedônica, que o considerava politicamente suspeito. Acusado de impiedade, deixou Atenas e refugiou-se em Cálcis, na Eubéia. Aí morreu no ano de 322 a.C.

O que restou da grande obra

A partir de declarações do próprio Aristóteles, sabe-se que ele realizou dois tipos de composições: as endereçadas ao grande público, redigidas em forma mais dialética do que demonstrativa, e os escritos ditos filosóficos ou científicos, que eram lições destinadas aos alunos do Liceu. Estas últimas foram as únicas que se conservaram, embora constituam pequena parcela do total que é atribuído, desde a Antigüidade, a Aristóteles.

As obras exotéricas, destinadas à publicação, eram freqüentemente diálogos, imitados dos de Platão. Delas restaram apenas fragmentos, conservados por diversos autores ou referidos em obras de escritores antigos. De dois desses diálogos, ambos escritos enquanto Platão ainda vivia, ficaram vestígios mais ponderáveis: do *Eudemo* — que, à semelhança do *Fédon* de Platão, tratava da imortalidade da alma — e de *Profético,* um elogio da vida contemplativa e um convite à filosofia. Protótipo de uma espécie de obra que se tornou muito apreciada pelos antigos, esse diálogo foi mais tarde imitado por Cícero (106-43 a.C.) no seu *Hortensius* — a obra que despertará a vocação filosófica de Santo Agostinho (354-430). Depois que deixou a Academia e durante o período em que esteve em Assos, Aristóteles escreveu o diálogo *Sobre a Filosofia,* no qual combate a teoria platônica das *idéias,* particularmente a teoria dos números ideais, que caracterizara a última fase do platonismo. Como o *Timeu* de Platão, o *Sobre a Filosofia* apresenta uma concepção cosmológica de cunho finalista e teológico; mas, ao contrário do que propunha Platão, o universo é aí explicado não à semelhança de uma obra de arte — resultado da ação de um divino artesão, o demiurgo —, e sim como um

organismo que se desenvolve graças a um dinamismo interior, um princípio imanente que Aristóteles denomina "natureza" *(physis).*

As obras de Aristóteles chamadas *acroamáticas,* ou seja, compostas para um auditório de discípulos, apresentam-se sob a forma de pequenos tratados, muitos dos quais reunidos sob um título comum (como é o caso da *Física).* A arrumação desses tratados de modo a constituir as séries que integram o conjunto das obras de Aristóteles — o *Corpus aristotelicum* —, remonta a Andrônico de Rodes, que dirigiu a escola peripatética no século I a.C.

O conteúdo do *Corpus aristotelicum* apresenta uma distribuição sistemática:

Primeiro, os tratados de lógica cujo conjunto recebeu a denominação de *Organon* — já que para Aristóteles a lógica não seria parte integrante da ciência e da filosofia, mas apenas um instrumento *(organon)* que elas utilizam em sua construção. O *Organon* inclui: as Cate*gorias,* que estudam os elementos do discurso, os termos da linguagem; *Sobre a Interpretação,* que trata do juízo e da proposição; os *Analíticos (Primeiros* e *Segundos),* que se ocupam do raciocínio formal *(silogismo)* e a demonstração científica; os *Tópicos,* que expõem um método de argumentação geral, aplicável em todos os setores, tanto nas discussões práticas quanto no campo científico; *Dos Argumentos Sofísticos,* que complementam os *Tópicos* e investigam os tipos principais de argumentos capciosos.

Após o *Organon,* o *Corpus aristotelicum* apresenta obras dedicadas ao estudo da Natureza. Uma primeira série de tratados refere-se ao mundo físico, compreendendo: a *Física,* que examina conceitos gerais relativos ao mundo físico (natureza, movimento, infinito, vazio, lugar, tempo etc.); o *Sobre o Céu (De Coelo)* e o *Sobre a Geração e a Corrupção (De Generatione et Corruptione),* estudos sobre o mundo sideral e o sublunar; finalmente os *Meteorológicos,* relativos aos fenômenos atmosféricos.

O *Tratado da Alma (De Anima)* abre a série de obras referentes ao mundo vivo, sendo seguido de pequenos tratados sobre diferentes funções (a sensação, a memória, a respiração etc.) e geralmente conhecidos sob a denominação latina

posterior de *Parva naturalia.* Mas da série relativa aos seres vivos a obra principal é a *História dos Animais,* contendo o registro de múltiplas e minuciosas observações.

A seqüência de obras dedicadas à filosofia teórica ou especulativa é encerrada por catorze livros sobre a filosofia primeira, ou seja, sobre os primeiros princípios e as primeiras causas de toda a realidade. Situados após os tratados relativos ao mundo físico, esses tratados receberam a designação geral de *Metafísica.* Mas, já na própria Antiguidade tal denominação recebeu uma interpretação neoplatônica: aqueles livros abordariam questões referentes a um plano de realidade situado além do mundo físico.

Depois da filosofia teórica seguem-se, no *Corpus aristotelicum,* as obras de filosofia prática: a *Ética* e a *Política.* Das várias versões existentes da ética aristotélica, a principal é a *Ética a Nicômaco,* assim chamada porque o filho de Aristóteles foi quem primeiro a editou. Por sua vez, a *Ética a Eudemo* é hoje geralmente considerada como uma redação mais antiga da *Ética* de Aristóteles, editada por seu discípulo Eudemo de Rodes. Já a *Grande Moral (Magna Moralia)* seria um resumo da mesma *Ética,* feito em época posterior.

A obra denominada *Política* é na verdade um conjunto de oito livros que não apresentam encadeamento rigoroso. À *Política* segue-se a *Retórica,* que se vincula, devido ao tema, à arte da argumentação ou dialética exposta nos *Tópicos (Organon).* Por fim, o *Corpus aristotelicum* apresenta a *Poética,* da qual restou apenas fragmento.

Além desses trabalhos considerados autênticos, o *Corpus* abrange ainda alguns escritos que a crítica revelou serem apócrifos, como o Sobre o *Mundo (De Mundo),* os *Problemas, o Econômico* e o *Sobre Melisso, Xenófanes e Górgias.*

A verdade e a história

O *Corpus aristotelicum* apresenta o pensamento de Aristóteles com uma feição sistemática, como vasto conjunto enciclopédico no qual os mais diversos problemas são elucidados de forma aparentemente definitiva. As soluções propostas por outros pensadores são previamente analisadas e criticadas — e dessas críticas Aristóteles parte freqüentemente para a formulação de suas próprias

concepções. O caráter sistemático que revestiu, desde a Antiguidade, o pensamento aristotélico, certamente contribuiu para que, sobretudo na Idade Média, Aristóteles passasse a ser encarado como a grande autoridade em matérias filosóficas e científicas: era *o filósofo,* que teria construído uma doutrina de âmbito universal e de validade permanente, intemporal. Seus textos, por isso mesmo, mereceriam não propriamente complementações ou correções, mas antes análises e comentários. Todavia aquele aspecto sistemático e a aparente fixidez foram reapreciados por modernos historiadores da filosofia que — sobretudo a partir de Werner Jaeger (1888-1961) — passaram a ressaltar a evolução interna revelada pelas idéias de Aristóteles, mesmo em obras de finalidade fundamentalmente didática (as *acroamáticas,* que constituem, aliás, a quase totalidade das obras que foram preservadas).

Por outro lado, o apelo constante à evolução dos problemas, antes de para eles propor sua solução, confere a Aristóteles o título de primeiro historiador da filosofia. Na verdade, dele provém o primeiro esforço de explicação sistemática do desenvolvimento das idéias filosóficas. Não apenas informações esparsas — como já haviam aparecido em escritos de outros filósofos, particularmente em Platão —, mas uma tentativa de encadeamento das diversas doutrinas anteriores, com base numa explicação dos próprios motivos que teriam levado os homens, desde fases pré-filosóficas, a elaborar sucessivas e cada vez mais aprofundadas concepções. Mostrando a chave desse processo, Aristóteles, por isso mesmo, apresenta-se como seu ponto terminal: em sua obra, as tentativas do passado teriam atingido plena e satisfatória formulação. Em nome dessa verdade alcançada — a *sua* verdade, a verdade de seu sistema filosófico — Aristóteles pretende então julgar as filosofias de seus predecessores, mostrando-lhes as falhas e os equívocos. O surgimento da história da filosofia está, desse modo, estreitamente vinculado ao aristotelismo, já que à luz de suas doutrinas é que, pela primeira vez, foram relacionados e interpretados os primeiros filósofos.

Devido ao interesse do Liceu por assuntos históricos, mais tarde alguns seguidores de Aristóteles — continuando o trabalho iniciado pelo próprio mestre — coletarão textos e alusões às doutrinas dos filósofos mais antigos. Esse levantamento das opiniões dos primeiros pensadores, chamado "doxografia", feito segundo pontos de vista aristotélicos, tornou-se uma das fontes principais para a recuperação das doutrinas dos pré-socráticos. Mas os historiadores modernos precisam realizar meticuloso esforço crítico para restabelecer o sentido original daquelas doutrinas, extraindo-o de sob interpretações aristotelizantes. Muitos desses historiadores insistem nas "deformações" sofridas pelas idéias dos outros filósofos quando reportadas e analisadas por Aristóteles e pelos doxógrafos aristotélicos. Tal "deturpação" tem, porém, um motivo fundamental: como em todas as histórias da filosofia que serão desde então produzidas, existe por trás da história da filosofia contida nas obras de Aristóteles uma filosofia que a predetermina. No caso de Aristóteles, essa filosofia é naturalmente o próprio aristotelismo, que construíra uma explicação particular do movimento, da transformação e, conseqüentemente, das mudanças históricas. Assim, se o aristotelismo formula uma verdade válida universal e intemporalmente — como Aristóteles parece acreditar —, é natural que essa verdade supostamente absoluta seja utilizada para julgar a própria história dentro da qual teria sido gerada. Justamente porque ela se concebe como progressivamente preparada através do tempo (pelas "antecipações" dos pensadores precedentes), é que, ao eclodir, com pretensão de plenitude e de validade intemporal, volta-se para o passado e procura desvendar-lhe o sentido: a meta atingida pretende conter a razão de ser de todo o itinerário seguido pelas investigações humanas. Essa a causa fundamental de o aristotelismo "aristotelizar" a história da cultura e, particularmente, a história da filosofia.

Mas há outros motivos que levam Aristóteles a partir sempre do passado e fazer a história dos problemas que investiga. E são motivos historicamente compreensíveis: Aristóteles procura alicerçar sua própria filosofia no consenso

geral, no *consensum gentium et temporum,* ou seja, num suposto acordo subjacente às opiniões das diversas pessoas nas diferentes épocas. Ele não pretende que suas idéias representem renovações absolutas, nem manifestem absoluta originalidade. Apresenta-as, ao contrário, como a formulação acabada de conceitos que a humanidade vinha progressiva e espontaneamente elaborando, desde fases anteriores às especulações teóricas. Aristóteles não quer que sua visão-de-mundo pareça paradoxal aos olhos do homem comum ou em confronto com a tradição — ao contrário do que pretendia, na época, uma filosofia como a dos cínicos. Estes desenvolviam, a partir do socratismo, uma ética baseada no ideal de retorno à natureza autêntica do homem e, por isso mesmo, avessa às convenções sociais. Aristóteles, porém, não faz filosofia para chocar a mentalidade corrente; seu propósito parecia ser, antes, o de abolir o "escândalo filosófico", que ali mesmo, na Atenas onde abrira o Liceu, já resultara em perseguição para Anaxágoras e em morte para Sócrates. Passada a fase da dramática penetração das idéias filosóficas em Atenas — antes desenvolvidas em terras da Jônia ou da Magna Grécia, portanto nos extremos orientais e ocidentais do mundo helênico —, parecia necessário mostrar que aquelas idéias não se opunham fundamentalmente ao senso comum, nem demoliam as tradições que serviam de justificativa à organização política e social vigente. Essa parece ter sido uma das tarefas centrais a que se propôs Aristóteles — e daí o cuidado em legitimar sua própria posição filosófica apelando para remotos antecendentes que, preparando-a, garantem-lhe o caráter de posição espontânea, natural, sensata (pois baseada no senso comum). A grande quantidade de citações de outros pensadores e a freqüente utilização da tradição poética para corroborar suas teses filosóficas parecem ser também indícios daquele cuidado. Do mesmo modo poder-se-ia explicar a importância que ele atribui aos provérbios: resumos de antiqüíssima sabedoria e frutos da longa experiência da humanidade, a eles Aristóteles não pretende se contrapor, e sim preservá-los, desenvolvê-los e conduzi-los à plenitude, dando-lhes forma definida e fundamentos racionais. Toda a obra de Aristóteles está, por isso mesmo, animada por forte senso de unidade do

mundo da cultura e pelo historicismo ditado, em última instância, por suas concepções metafísicas.

Da dialética à lógica

Platão ensinava na Academia e nos seus *Diálogos* que a compreensão dos fenômenos que ocorrem no mundo físico depende de uma hipótese: a existência de um plano superior da realidade, atingido apenas pelo intelecto, e constituído de *formas* ou *idéias,* arquétipos eternos dos quais a realidade concreta seria a cópia imperfeita e perecível. Através da dialética — feita de sucessivas oposições e superposições de teses — seria possível ascender do mundo físico (apreendido pelos sentidos e objeto apenas de opiniões múltiplas e mutáveis) à contemplação dos modelos ideais (objetos da verdadeira ciência).

A dialética era, todavia, uma construção marcada pela índole hipotética da matemática que inspirou o platonismo. Tanto que, mais tarde, seguidores de Platão da fase chamada Nova Academia serão alguns dos principais representantes do ceticismo antigo. Novas e adversas circunstâncias históricas —resultantes da perda da liberdade política da Grécia — impedirão o otimismo que fizera Platão fundamentar o conhecimento científico no Bem. No ápice da pirâmide de *idéias,* essa superessência era a garantia última da certeza do conhecimento, transmutando em verdade o que fora inicialmente uma tessitura de afirmações apenas prováveis. Mas desde que seja abolida a sustentação do conhecimento no Bem não-hipotético, o platonismo irá se revelar, na formulação dos integrantes da Nova Academia, terreno propício à frutificação de teses relativistas e céticas.

Aristóteles justamente já teria percebido que a dialética platônica só se comprometia com a certeza em última instância — o que conferia ao platonismo sua inquietação permanente e sua flexibilidade, deixando-o, porém, sob a constante ameaça do relativismo. O projeto aristotélico torna-se, então, o de forjar um instrumento mais seguro para a constituição da ciência: o *Organon.* Nele a dialética é reduzida à condição de exercício mental que, não lidando com as próprias coisas mas com as opiniões dos homens sobre as coisas, não pode atingir a verdade,

permanecendo no âmbito da probabilidade. Essa concepção da dialética como uma "ginástica do espírito", útil como fase preparatória para o conhecimento, mas incapaz de chegar à certeza sobre as coisas, justifica a concepção aristotélica da história e, em particular, da história da filosofia: a história — inserida no domínio da dialética — é útil e indispensável na medida em que conduz à sua própria superação, quando o provável se transforma em certeza. Ou quando as opiniões dos antecessores preparam e dão lugar à verdade que somente seria alcançada pelo pensamento aristotélico.

Para se atingir a certeza científica e construir um conjunto de conhecimentos seguros, torna-se necessário, segundo Aristóteles, possuir normas de pensamento que permitam demonstrações corretas e, portanto, irretorquíveis. O estabelecimento dessas normas confere a Aristóteles o papel de criador da lógica formal, entendida como a parte da lógica que prescreve regras de raciocínio independentes do conteúdo dos pensamentos que esses raciocínios conjugam. Mas a lógica aristotélica nasce num meio de retóricos e de sutis argumentadores. Faz-se necessário, portanto, partir de uma análise da linguagem corrente, para identificar seus diferentes usos e, ao mesmo tempo, enumerar os diversos sentidos atribuídos às palavras empregadas nas discussões. Eis por que as *Categorias* abrem o *Organon* com pesquisas sobre as palavras, procurando inclusive evitar os equívocos que resultam da designação de coisas diferentes através do mesmo nome (homônimo) ou da mesma coisa por meio de diversas palavras (sinônimos).

A teoria das proposições apresentada no *Sobre a Interpretação* baseia-se numa tese de amplo alcance, pois realiza uma extraordinária simplificação no universo da linguagem: toda proposição seria o enunciado de um juízo através do qual um predicado é atribuído a determinado sujeito. As proposições podem então ser classificadas em universais ou particulares, se o atributo é afirmado (ou negado) do sujeito como um todo (por exemplo: "Todos os homens são mortais"), ou se é afirmado (ou negado) de apenas parte do sujeito ("Alguns homens são gregos").

Aristóteles estabelece ainda a distinção entre cinco tipos possíveis de atributos: o gênero, a espécie, a diferença, o próprio e o acidente. O gênero refere-se à classe mais ampla a que o sujeito pode pertencer ("O homem é um *animal"*); a diferença é que permite situar o sujeito relativamente às subclasses em que se divide o gênero ("O homem é animal *racional"*); já a espécie constitui a síntese do gênero e da diferença ("O homem é *animal racional"*). O próprio e o acidente são atributos que não fazem parte da essência do sujeito, pois não dizem o que ele é; todavia, o próprio guarda em relação àquela essência uma dependência necessária ("A soma dos ângulos internos de um triângulo equivale a 180º"), enquanto o acidente pode ou não pertencer ao sujeito, ligando-se a ele de modo contingente e podendo ser afirmado de outros tipos de sujeitos ("Este homem é magro").

Por que Sócrates é mortal

Aristóteles concorda com Platão ao considerar que só pode haver ciência do universal. Mas o conhecimento do universal e necessário implica a consciência das razões que tornam necessária uma determinada afirmativa. Essa necessidade torna-se evidente apenas quando se apresenta a explicação daquela asserção, isto é, quando se mostra sua causa. O encadeamento rigoroso de proposições, de modo a exprimir um raciocínio que pretenda concluir por uma afirmativa necessária, é o que Aristóteles investiga nos *Analíticos.*

Platão, através do método da *divisão,* procurava chegar a definições: como exemplifica *no* diálogo *Sofista,* poder-se-ia obter a definição de uma espécie por sucessivas divisões do gênero em que ela estiver contida. Mas Aristóteles considera insuficiente esse procedimento platônico, pois as dicotomias sucessivas colocam opções sem determinar necessariamente qual dos dois rumos deve ser tomado. Com sua doutrina do silogismo, Aristóteles pretende resolver os impasses criados pela simples dicotomia, apresentando um encadeamento que segue uma direção incoercível, rumo à conclusão. Com efeito, o *silogismo* seria um raciocínio no qual, determinadas coisas sendo afirmadas, segue-se inevitavelmente outra afirmativa. Assim, partindo-se das premissas "Todos os homens são mortais" e "Sócrates é

homem" — conclui-se fatalmente que "Sócrates é mortal". A conclusão resulta da simples colocação das premissas, não deixando margem a qualquer opção, mas impondo-se com absoluta necessidade.

Todo o mecanismo silogístico repousa no pape! desempenhado pelo chamado termo *médio* ("homem"), que fornece a razão do que é afirmado na conclusão: porque é homem, Sócrates é mortal. Esse mecanismo funciona com rigor, independentemente do conteúdo das proposições em confronto. Isso significa, porém, que se pode aplicar o silogismo a proposições falsas, sem prejuízo para a perfeição formal do raciocínio ("Todos os homens são imortais; Sócrates é homem; logo, Sócrates é imortal"). Mas a ciência não pretende, segundo Aristóteles, ser dotada apenas de coerência interna: ela precisa ser construída pelo perfeito encadeamento lógico *de verdades*. Assim, o silogismo que equivale à demonstração científica deverá ser um raciocínio formalmente rigoroso, mas que parta de premissas verdadeiras. Desde que a demonstração baseia-se em pressupostos que ela mesma não sustenta, o conhecimento demonstrativo passa a pressupor um conhecimento não-demonstrativo, capaz de atingir, de modo não discursivo mas imediato, verdades que constituem os princípios da ciência.

Para Aristóteles, os conhecimentos anteriores à demonstração seriam ou verdades indemonstráveis, os *axiomas,* que se impõem a qualquer sujeito pensante e que se aplicam a qualquer objeto de conhecimento (como o princípio de contradição, que afirma que toda proposição ou é verdadeira ou é falsa), ou então seriam definições nominais que explicitam o significado de determinado termo ("triângulo", por exemplo) e que são utilizadas como *teses,* já que são simplesmente postas como pontos de partida para uma demonstração. Os axiomas seriam comuns a todas as ciências, enquanto as definições nominais diriam respeito a setores particulares da investigação científica.

Aristóteles considera que não basta à ciência ser internamente coerente: ela deve também ser ciência *sobre a realidade.* Desse modo, não é suficiente que ela parta de axiomas e teses, desenvolvendo-se dedutivamente com rigor lógico. A definição

nominal diz apenas *o que* uma coisa é, mas não afirma que *ela é,* ou seja, que realmente existe. Afirmar a existência seria, assim, mais do que apresentar uma tese, explorar o significado de uma palavra: seria assumir uma *hipótese.* Através de hipóteses, cada ciência afirma a existência de certos objetos — o que não pode ser feito por demonstrações, antes permanecendo na dependência de uma reflexão sobre o que existe enquanto apenas existe, sobre o "ser enquanto ser". A lógica, para não ficar restrita ao domínio das palavras e para atingir a realidade das coisas — constituindo um instrumento para a ciência *da realidade* — remete, portanto, a especulações metafísicas. As definições buscadas pelo conhecimento científico não devem ser simples esclarecimentos sobre o significado das palavras, mas sim enunciar a constituição essencial dos seres. Definir "homem" como "animal racional" significa, para Aristóteles, mostrar um liame necessário que, no caso da espécie "homem", liga determinado gênero ("animal"), o mais próximo daquela espécie, à diferença específica ("racional"). Justamente porque deve apresentar um elo essencial e necessário entre gênero e diferença é que não pode haver, por exemplo, definição essencial de "homem branco", já que "branco" é acidente, ou seja, um atributo não-essencial de "homem". Pela mesma razão não pode haver definição essencial dos indivíduos: define-se "homem", mas não se define "Sócrates". Como qualquer indivíduo, "Sócrates" pode ser descrito minuciosamente em seus caracteres peculiares — por isso mesmo não universais —, mas não pode ser jamais definido. O individual — Aristóteles concorda com Platão — não é objeto de ciência.

Lógica e argumentação retórica

A tentativa de ultrapassar o caráter hipotético da dialética platônica não constitui toda a dimensão do empreendimento lógico de Aristóteles. De fato, com Aristóteles tem início o esforço sistemático de exame da estrutura do pensamento enquanto capaz de forjar provas racionais. Mas a teoria da prova racional contida na si logística dos *Analíticos* — e que serviu de ponto de partida da longa tradição da lógica formal, que evoluiu até a atualidade — não representa o único aspecto

importante da investigação aristotélica no domínio da linguagem e da prova. Justamente porque nascida num ambiente cultural onde a eloqüência desempenhava decisivo papel político, o universo lógico de Aristóteles é bem mais amplo. Como autor dos *Tópicos,* de *Dos Argumentos Sofísticos* e da *Retórica,* Aristóteles também é ponto de partida da corrente que investiga outro tipo de comprovação racional: a comprovação do tipo argumentativo ou persuasivo. Essa corrente, retomada e desenvolvida no século XX sobretudo pela Nova Retórica de Chaïm Perelman, volta-se para a linguagem corrente, informal, buscando descobrir os requisitos da persuasão. Procura estabelecer as condições de mais força persuasiva de determinado argumento. O que se pretende não é obter uma conclusão necessária, irretorquível e universal (à semelhança do que pretende o silogismo perfeito), por meio de um raciocínio coagente e impessoal, mas obter ou fortalecer a *adesão* de alguém a uma tese que lhe é proposta. Por isso, permanece-se no âmbito do discurso não-formalizado — e talvez não-formalizável —, do intersubjetivo porque do dialógico, do circunstancial e portanto do histórico, do temporal.

"O ser se diz em vários sentidos"

A construção de definições científicas através do relacionamento entre gênero próximo e diferença específica pressupõe um meticuloso levantamento dos seres, em sua hierarquia e subdivisões. No caso dos seres vivos, Aristóteles e os integrantes do Liceu realizaram esse trabalho prévio de classificação sistemática, baseado em acuradas observações. Puderam verificar, então, que as diferentes espécies se apresentam como variações de um mesmo tema, o gênero. Todos os tipos de pássaros, por exemplo, revelariam uma estrutura básica comum, que cada qual manifestaria diversamente.

Platão, movido pela índole matemática de seu sistema, considerava os objetos particulares e concretos como cópias imperfeitas e transitórias de modelos incorpóreos e eternos, as *idéias.* Esses universais subsistiriam independentemente de seus reflexos passageiros e apenas aproximados. Aristóteles rejeita a transcendência dos arquétipos platônicos, considerando-os uma desnecessária duplicação da

realidade sensível. Para ele, a única realidade é esta constituída por seres singulares, concretos mutáveis. A partir dessa realidade — isto é, a partir do conhecimento empírico — é que a ciência deve tentar estabelecer definições essenciais e atingir o universal, que é seu objeto próprio. Toda a teoria aristotélica do conhecimento constitui, assim, uma explicação de como o sujeito pode partir de dados sensíveis que lhe mostram sempre o individual e o concreto, para chegar finalmente a formulações científicas, que são verdadeiramente científicas na medida em que são necessárias e universais.

A repetição das observações dos casos particulares permitiria uma operação do intelecto, a indução, que justamente conduziria — num encaminhamento contrário ao da dedução — do particular ao universal. O universal seria, portanto, o resultado de uma atividade intelectual: surge no intelecto sob a forma de um conceito (o conceito "pássaro", por exemplo, que pode existir na mente humana como resultado final, por via indutiva, da observação de vários seres concretos da mesma espécie: os pássaros de diversos tipos). Ao contrário de Platão, Aristóteles não considera o universal como algo subsistente e, portanto, substancial. Mas se o universal existe apenas no espírito humano, sob a forma de conceito, ele não é criação subjetiva: estaria fundamentado na estrutura mesma dos objetos que o sujeito conhece a partir da sensação. Os conceitos reproduziriam não as formas ou *idéias* transcendentes ao mundo físico, mas sim a estrutura inerente aos próprios objetos: a estrutura básica comum aos diferentes pássaros existentes é que estaria expressa, universalizadamente, no conceito "pássaro". Mas isso significa que os conceitos utilizados pelas diversas ciências estariam dependentes, em última instância, de uma investigação que fosse além dos respectivos campos dessas ciências e penetrasse na estrutura íntima dos seres enquanto simplesmente são. As ciências voltadas para o mundo físico seriam, assim, justificadas pela especulação metafísica. Esta é que afinal poderia — como estudo do ser enquanto ser — revelar aquela estrutura inerente a qualquer ser e a partir da qual o intelecto, usando os dados fornecidos pela sensação, construiria conceitos. A metafísica seria, assim, a

garantia de que os conceitos não são meras convenções do espírito humano e de que a lógica — o instrumento que permite a utilização científica desses conceitos — estaria fundamentada na realidade, sobre a qual ela pode, então, legitimamente operar.

A metafísica aristotélica reformula a noção de ser. Essa noção era interpretada por Parmênides e pelos seguidores da escola eleática de modo unívoco: no seu poema *Sobre o ser.* Parmênides de Eléia (século VI a.C.) afirmava que "o que é — é o que é", concluindo que o ser era necessariamente único, pois a multiplicidade significaria a admissão da existência do não-ser, o que seria absurdo. Os atomistas (Leucipo e Demócrito) quebraram essa unicidade do ser eleático quando afirmaram que tanto era ser o corpóreo (os átomos) quanto o incorpóreo (o vazio). Mas a solução atomista permanecia no plano da física e não atingira toda a dimensão da questão levantada pelo eleatismo. Platão retoma o problema e, na fase final de sua obra (particularmente no diálogo *Sofista),* considera o ser e o não-ser como dois dos gêneros supremos dentro da hierarquia das *idéias.* E o importante é que Platão renova a noção de não-ser, entendendo-o não como um nada ou como o vazio: o não-ser seria o *outro,* a alteridade que sempre complementa o *mesmo,* a identidade. Cada existente surge assim como um jogo, em variadas proporções, do mesmo (o que ele é) com o *outro* (o que não é ele, os demais existentes).

Aristóteles não considera satisfatória a solução platônica. Para fundamentar a ciência do mundo físico — mundo múltiplo e mutável — seria preciso romper mais fundo com o eleatismo. Substitui, então, a concepção unívoca de ser, que o concebe de modo único e absoluto — impedindo a compreensão racional do movimento e da multiplicidade — pela concepção analógica: o ser seria análogo, isto é, dotado de diferentes sentidos. Essas diversas acepções do ser poderiam, segundo Aristóteles, ser classificadas, da maneira mais ampla, segundo várias *categorias.* Assim, qualquer termo que designa algo que é, designa ou uma *substância* (um ser) ou um *acidente* (um modo de ser); porém os modos de ser são vários e os

acidentes podem significar uma *quantidade,* ou uma *qualidade,* ou uma *relação* (duplo, menor, pai e filho), ou o *onde,* ou o *quando,* ou ainda uma *posição* (sentado), ou um *estado* (vestido, equipado), ou uma *ação* (escrever), ou então uma *paixão* (estar doente).

A potência, o ato, o movimento

Desde o seu começo, no século VI a.C, a especulação filosófica grega ocupou-se do problema do movimento. Enquanto Heráclito de Efeso afirmava a mudança permanente de todas as coisas, Parmênides apontava a contradição que existiria entre a noção de ser e a noção de movimento. Essa contradição Aristóteles pretende evitar através da interpretação analógica da noção de ser, que lhe permite fazer uma distinção fundamental: ser não é apenas o que já existe, *em ato;* ser é também o que pode ser, a virtualidade, a potência. Assim, sem contrariar qualquer princípio lógico, poder-se-ia compreender que uma substância apresentasse, num dado momento, certas características, e noutra ocasião manifestasse características diferentes: se uma folha verde torna-se amarela é porque verde e amarelo são *acidentes* da *substância* folha (que é sempre folha, independente de sua coloração). A qualidade "amarelo" é uma virtualidade da folha, que num certo momento se atualiza. E essa passagem da potência ao ato é que constitui, segundo a teoria de Aristóteles, o movimento.

Mas Aristóteles não aceita a doutrina do transformismo universal que, em pensadores pré-socráticos como Anaximandro de Mileto ou Empédocles de Agrigento, apresentava todo o universo como animado por uma transformação contínua, por um único fluxo que interligava as várias espécies num mesmo processo evolutivo. Para Aristóteles o movimento existe circunscrito às substância que, cada qual, atualiza suas respectivas e limitadas potências: o movimento dura enquanto dura a virtualidade do ser, de cada ser, de cada natureza, cessando quando o ser expande suas potencialidades e se atualiza plenamente. Em nome da noção de espécies fixas, Aristóteles se apresenta como adversário do evolucionismo.

Dentro da metafísica aristotélica, a doutrina do ato-potência acha-se estreitamente vinculada a determinada concepção de causalidade. Para Aristóteles, causa é tudo o que contribui para a realidade de um ser: é tanto a causa material (aquilo de que uma coisa é feita: o mármore de que é feita a estátua), quanto a causa formal (que define o objeto,distinguindo-o dos demais: estátua *de homem,* não de cavalo), como também a causa final (a idéia da estátua, existente como projeto na mente do escultor, e que o levou a talhar o bloco de mármore para dele fazer uma estátua de homem), como ainda a causa eficiente (o agente, no caso o escultor, aquele que faz o objeto, atualizando potencialidades de determinada matéria). A causa formal está intimamente ligada à final, pois seria sempre em vista de um fim que os seres (naturais ou artefeitos) são criados e se transformam: a finalidade é que determinaria o que os seres são ou vêm a ser. No processo do conhecimento, a causa formal é separada, pelo intelecto, das características acidentais do objeto e passa a existir no sujeito, plenamente atualizada e, portanto, universalizada. Antes existia no objeto concreto, particularizadamente, como uma estrutura que o identificava (fazendo-o, por exemplo, uma ave e não um peixe), ao mesmo tempo que o assemelhava, apesar das peculiaridades individuais, aos demais seres da mesma espécie (tornando-o uma das aves existentes); depois de abstraída dos aspectos materiais e individualizantes (cor branca, bico fino, pescoço longo etc.), a forma passa a existir na mente do sujeito, como um conceito universal (não mais ave de determinada família, mas simplesmente "ave").

Quer na natureza, quer na arte, todo movimento (tanto deslocamento quanto mudança qualitativa) constitui, para Aristóteles, a atualização da potência de um ser que somente ocorre devido à atuação de um ser já em ato: o mármore transforma-se na estátua que ele pode ser graças à interferência do escultor, que já possuía a idéia da estátua. Também na geração natural, a forma preexiste ao ser que é gerado: o ser atualizado (o homem adulto, por exemplo) torna-se capaz de gerar um ser semelhante a ele. Assim, as formas, entendidas como tipos de organização biológica, seriam imutáveis e incriadas, embora sempre inerentes aos indivíduos.

Como a intenção do escultor é que comanda a transformação do mármore em estátua, analogamente é sempre a causa final que rege os movimentos do universo. Cada ser atualizaria suas virtualidades devido à ação de outro ser que, possuindo-as em ato, funciona como motor daquela transformação. Contrário à visão evolucionista, freqüente nos pré-socráticos, Aristóteles não admite que o mais possa vir do menos, que o superior provenha do inferior, que a potência por si só conduza ao ato. Concebe, então, todo o universo como regido pela finalidade e torna os vários movimentos (atualizações das virtualidades de diferentes naturezas) interdependentes, sem fundi-los, todavia, na continuidade de um único fluxo universal. Haveria uma ação encadeada e hierarquizada dos vários motores, o mais atualizado movimentando o menos atualizado.

A imobilidade do primeiro motor

O conjunto do universo físico estaria dividido em duas regiões distintas: a sublunar, constituída pelos quatro elementos herdados da cosmologia de Empédocles — a água, o ar, a terra e o fogo — e caracterizada por movimentos retilíneos e descontínuos; e a supralunar, constituída por uma "quinta essência", o éter, e caracterizada por movimentos circulares e contínuos. Cada um dos elementos do mundo sublunar teria seu "lugar natural" e, forçado a abandoná-lo sob a ação de um agente, executa um "movimento violento", que cessa ao cessar a interferência daquele motor: retirado do lugar que, por sua natureza, lhe está reservado, o corpo tende a voltar a seu lugar natural (jogada para o alto — movimento violento — a pedra tende "naturalmente" a cair, cessado o efeito da força que a impulsionou).

Como já afirmavam os pitagóricos, o mundo supralunar estaria constituído por uma sucessão de esferas, cada qual movimentando-se em função da esfera imediatamente superior, que atua como motor. Essa sucessão de motores-móveis terminaria — já que o universo seria finito — num primeiro motor, este imóvel (para ser o primeiro), e que Aristóteles chama de Deus. Ato puro, pois do contrário se moveria, o Deus aristotélico paira acima do universo, movendo-o como causa

final: "como o amado atrai o amante". Não cria o universo, que é eterno, nem sequer o conhece: conhecer algo fora de si implicaria atualização de uma potência e, portanto, imperfeição e incompletitude. Incorpóreo, pura forma — a matéria é a sede das potências — esse primeiro motor imóvel existiria como pensamento autocontemplativo: como "um pensamento que se pensa a si mesmo".

As relações metafísicas matéria-forma, potência-ato comandam a explicação aristotélica do homem. Assim, o objetivo primordial da investigação ética seria o de descobrir a causa verdadeira da existência humana. Num universo regido pela finalidade, aquela causa é vista, por Aristóteles, como a procura do bem ou da felicidade, que a alma alcançaria apenas quando exercesse atividades que permitissem sua plena realização.

A noção biológica de espécies fixas, que serve de sugestão à doutrina metafísica das diferentes naturezas que se movem circunscritas às suas potencialidades, reflete-se na concepção aristotélica da alma e, em decorrência, nas idéias políticas. Nesse sentido, espírito conservador, Aristóteles justifica e defende, por exemplo, a escravidão. Do mesmo modo que o universo físico estaria constituído por uma hierarquia inalterável, segundo a qual cada ser ocupa, definitivamente, um lugar que lhe seria destinado *pela Natureza* (e do qual ele só se afasta provisoriamente através de movimentos violentos), assim também o escravo teria seu lugar natural na condição de "ferramenta animada". Aristóteles chega mesmo a afirmar que o escravo é escravo porque tem alma de escravo, é essencialmente escravo, sendo destituído por completo de alma noética, a parte da alma capaz de fazer ciência e filosofia e que desvenda o sentido e a finalidade última das coisas.

Cronologia

387 **a.C.** — Platão funda a Academia em Atenas.

384 a.C. — *Nasce Aristóteles em Estagira, na Calcídia, região dependente da Macedônia.*

367/66 a.C. — *Aristóteles chega a Atenas e ingressa na Academia platônica.*

359 a.C. — Filipe inicia seu governo na Macedônia e, logo em seguida, invade a Grécia.

356 a.C. — Em Pela, capital da Macedônia, nasce Alexandre, filho de Filipe.

347 a.C. — Morte de Platão. *Aristóteles deixa Atenas.*

347/44 a.C. — *Aristóteles permanece em Assos, na corte do tirano Hérmias, ex-integrante da Academia.*

344 a.C. — Hérmias é assassinado. *Aristóteles deixa Assos.*

344/43 a.C. — *Permanência em Mitilene.*

343 a.C. — *A chamado de Filipe, Aristóteles vai para Pela e torna-se preceptor do jovem Alexandre.*

338 a.C. — Os macedônios derrotam os gregos em Queronéia.

336 a.C. — Filipe é assassinado e Alexandre ascende ao trono da Macedônia.

335 a.C. — *Aristóteles retorna-a Atenas, onde funda o Liceu.*

334 a.C. — Alexandre desembarca na Ásia Menor.

333 a.C — Alexandre vence em Isso, na Cilícia, e entra na Fenícia.

332 a.C. — Alexandre cerca e conquista Tiro, depois o Egito.

326/25 a.C. — Incursão de Alexandre até as margens do Indo.

323 a.C. — Alexandre morre na Babilônia.

322 a.C. — *Aristóteles morre em Cálcis, na Eubéia, ilha do mar Egeu.*

Bibliografia

Traduções das obras de Aristóteles: em inglês, tradução sob a direção de J. A.Smith e W. D. Ross *(The Work of Aristotle),* Oxford, 1908-1931; em francês, diversas obras traduzidas por J. Tricot, Librairie J. Vrin, Paris.

BRUN, JEAN: *Aristote et le Lycée,* Presses Universitaires de France, Paris, 1961.

GRENET, PAUL *Aristote ou Ia Raison sans Démesure,* Editions Seghers, Paris, 1962.

MOREAU, JOSEPH: *Aristote et son École.* Presses Universitaires de France, 1962.

ENRIQUES, F. E SANTILLANA, G.: *Platon et Aristote,* Hermann Éditeurs, Paris, 1937.

ROBIN, LÉON: *Aristote,* Presses Universitaires de France, Paris, 1944.